

Brasil hesitou e teve crescimento pífio

Para economistas, governo ficou indeciso e não estimulou a economia como fizeram EUA, França e Inglaterra

SÔNIA ARARIPE

Estados Unidos, Inglaterra e França conseguiram neste ano executar políticas econômicas que atenuaram os efeitos da recessão. Usaram os instrumentos tradicionais de intervenção do governo na economia, como a administração da taxa de juros e a injeção de dinheiro na economia. A taxa de juros americana, por exemplo, é a menor desde a Segunda Guerra. Para reduzir as consequências financeiras dos atentados terroristas, o governo George Bush pôs à disposição das empresas de setores mais sensíveis uma brutal oferta de dinheiro, superior a US\$ 100 bilhões.

O Brasil trilhou caminho inverso. Quase nada fez para tentar atenuar o impacto da recessão mundial sobre sua economia, em situação igualmente crítica num ano em que aumentou a vulnerabilidade nas suas contas externas, enfrentou um racionamento de energia e assistiu à quebra da Argentina, sócia no Mercosul e principal comprador de produtos brasileiros manufaturados.

Na opinião de experientes economistas, faltou decisão política. O governo poderia ter atuado com uma espécie de mão invisível, não só para atenuar as sequelas da série de crises a que o país ficou exposto durante o ano, como também para colocá-lo no trilho da retomada do crescimento.

“Ficamos patinando com um crescimento pífio, de cerca de 2% ao ano, e com o carro parado na direção errada”, avalia o economista Carlos Thadeu de Freitas Gomes, ex-diretor do Banco Central e professor do Instituto Brasileiro do Mercado de Capitais (IBMEC). Ele observou que os bancos foram os grandes beneficiados pela política econômica recente. “Quem pagou a conta fomos nós, pessoas físicas e as empresas, com o aumento de tributação, juros altos, mais desemprego”, acredita Freitas Gomes.

Recorde – A taxa de juros básica da economia - que foi mantida em 19% nos últimos sete meses - é a maior do planeta. “Com essa taxa não é possível uma empresa planejar seu crescimento”, não se cansa de repetir o presidente da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), Alfred Plöeger. O economista Fernando Pinto Ferreira, sócio da consultoria Globalinvest, acredita que os juros têm que cair. “Está mais do que na hora de vir essa redução”, opina.

Na avaliação de Ferreira, o Banco Central estava certo quando apontou as várias crises externas - e não foram poucas em 2001 - para explicar o seu conservadorismo na política monetária e cambial. No entanto, o sócio da Globalinvest avalia que o BC embarcou na expectativa pessimista do mercado financeiro que alegava estar fazendo proteção (ou hedge), o que provocou a alta do dólar. “O mercado estava mesmo é especulando. A hora era de forçar a mão e deixar o mercado quebrar a cara”, opina Ferreira.

Vulnerável – Há quem discorde que o governo poderia ter escrito um roteiro diferente. Como o ex-diretor de Política Econômica do BC, Sérgio Werlang, professor da Fundação Getúlio Vargas. “As crises vieram uma atrás da outra. Não só as externas como também o racionamento. O Brasil tem uma forte vulnerabilidade externa”, lembra Werlang. Ele, que chegou a defender um corte nos juros logo após deixar o governo, em meados de 2001, acredita que hoje, olhando para trás é possível concluir que dificilmente faria diferença ter reduzida um mês, se depois fosse preciso voltar a elevar.

“Era preciso, sem dúvida, colocar o pé no freio”, assegura o professor da FGV. O economista-chefe do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), Júlio Gomes de Almeida, acha que o governo não tinha muito a fazer. “Apenas aumentando o superávit comercial será possível reduzir nossa vulnerabilidade externa”, avalia Gomes de Almeida. O aumento das exportações e a substituição de importações, sem subsídios, é o melhor caminho para o país avançar na direção de um crescimento, acha Almeida.